

YOUTUBE

LIVE

DIREITO

PARA CONCURSOS E OAB

SÁBADO

30 DE JULHO | 10h30



NO CANAL
OFICIAL

PROFESSOR

PH LIRA



REVISÃO DE DIREITO – CONCURSO POLÍCIA CIVIL - RR

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Maria, de nacionalidade brasileira nata, e João, de nacionalidade alemã nata, mas que estava residindo no território brasileiro, travaram intenso debate a respeito dos direitos de cada qual perante a Constituição da República de 1988. Ao final, concluíram, corretamente:

- (A) somente Maria é cidadã, requisito para a fruição dos direitos fundamentais;
- (B) somente Maria possui direitos fundamentais e pode ter direitos políticos;
- (C) João tem direitos idênticos aos de Maria, desde que haja reciprocidade na Alemanha;
- (D) somente Maria pode ter direitos políticos, embora ela e João possuam direitos fundamentais;
- (E) Maria e João possuem direitos idênticos sob o prisma constitucional, mas a lei pode restringir os direitos de João.

02. João, estudioso do Direito Constitucional e da área de segurança pública, deparou-se com a existência de zonas de possível conflito na atuação da polícia federal e das polícias civis. Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que, de acordo com a sistemática constitucional:

- (A) ambas as polícias possuem competência concorrente na apuração de infrações penais, distinguindo-se apenas em relação ao ente federativo mantenedor;
- (B) as atribuições da polícia federal estão previstas, de maneira exaustiva, na ordem constitucional, não podendo ser ampliadas pela lei;
- (C) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento das sociedades de economia mista da União;
- (D) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento da ordem social;
- (E) à polícia federal compete apurar toda e qualquer infração penal com repercussão interestadual.

03. Ao disciplinar o tratamento à família, à criança, ao adolescente e ao idoso, a CF considera que

- (A) a lei estabelecerá o plano nacional de juventude, de duração quinquenal, visando à articulação e execução de políticas públicas.
- (B) é dever exclusivo do Estado amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar.
- (C) o direito a proteção especial abrangerá programas de atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes, excluídas a prevenção e repressão.
- (D) o Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, e, quando possível, facultará programas de prevenção à violência doméstica.
- (E) a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

DIREITO ADMINISTRATIVO

04. João, investigador policial da Polícia Civil do Estado Alfa, cumpria diligência determinada por

delegado de polícia no bojo de inquérito policial que apura crime de associação para o tráfico de drogas. Para tanto, João realizava o mapeamento de determinada rua, quando, por descuido, deixou sua arma cair no chão, causando um disparo que atingiu a perna de Maria, moradora da comunidade. Após receber alta no hospital onde foi atendida, Maria procurou a Defensoria Pública e ajuizou ação indenizatória em face:

- (A) de João, diretamente, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de ter o policial agido com culpa ou dolo;
- (B) de João, diretamente, com base em sua responsabilidade civil subjetiva e solidária, sendo necessária a comprovação de ter o policial agido com culpa ou dolo;
- (C) da Polícia Civil do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de ter agido João com culpa ou dolo;
- (D) do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de ter agido João com culpa ou dolo;
- (E) do Estado Alfa, com base em sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de ter agido João com culpa ou dolo.

05. O Município Alfa recebeu representação informando que José estava ocupando determinada calçada com um trailer do tipo food truck, sem prévio consentimento do poder público. Os agentes públicos municipais de posturas, ao realizarem diligência formal no local, verificaram a veracidade do que foi noticiado e constataram, ainda, que o trailer estava obstruindo a passagem dos pedestres pela calçada, os obrigando a passar pela via pública, com risco de serem atropelados. Após a negativa de José de retirar seu trailer do local, os agentes municipais, com base em lei, o fizeram diretamente. De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou a providência adotada pelos agentes municipais é o poder:

- (A) de polícia;
- (B) de gestão;
- (C) disciplinar;
- (D) hierárquico;
- (E) sanitário.

06. Analise as afirmativas abaixo sobre os atos administrativos:

1. Atos administrativos complexos são aqueles formados pela conjugação de vontades de mais de um órgão ou agente.
2. Os particulares delegatários de função administrativa, a exemplo de concessionários e permissionários, também podem praticar atos administrativos.
3. A presunção de legitimidade do ato administrativo é uma presunção "jure et de jure", podendo ser afastada diante de prova inequívoca da ilegalidade.
4. O motivo é requisito vinculado do ato administrativo, correspondendo ao objetivo de interesse público pretendido com a prática do ato.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- (A) São corretas apenas as afirmativas 1, 2 e 3.
- (B) São corretas apenas as afirmativas 3 e 4.
- (C) São corretas apenas as afirmativas 1 e 2.
- (D) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 4.
- (E) São corretas apenas as afirmativas 2, 3 e 4.

07. A respeito dos princípios do Direito Administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) O princípio da moralidade administrativa impede a prática do nepotismo na Administração Pública, estendendo-se a vedação a nomeações de cargos políticos
- (B) É compatível com o princípio da legalidade a ação administrativa que, embora não esteja estritamente autorizada por lei, tem por base os princípios constitucionais e visa assegurar os direitos fundamentais do cidadão.
- (C) O princípio da eficiência exige que a correção da ação administrativa seja analisada exclusivamente sob o prisma econômico.
- (D) O princípio da impessoalidade não impede a realização de propagandas que tenham por objetivo promover a imagem do gestor público.
- (E) Em função do princípio da publicidade, todos os atos administrativos devem ter o seu conteúdo veiculado no Diário Oficial do respectivo ente federativo.

08. Sobre o tema férias, previsto no Regime Jurídico dos Servidores Estaduais do Estado de Roraima, é INCORRETO afirmar que:

- (A) As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.
- (B) O servidor que opera de forma direta e permanente com Raios X ou substâncias radioativas gozará vinte dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida, em qualquer hipótese, a acumulação.
- (C) As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
- (D) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos doze meses de efetivo exercício.
- (E) É permitido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

DIREITO PENAL

09. A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) Mévio e Caio, pelo ajuste da prática de furto à residência de Tício, uma vez descoberto o plano, serão punidos, ainda que o crime não chegue a ser tentado.
- (B) Mévio e Caio, tendo furtado a residência dos pais de Caio, são isentos de pena, aplicando-se a ambos o perdão legal que exime de pena os crimes patrimoniais, cometidos sem violência, em detrimento de ascendentes.
- (C) Mévio, tendo ajustado com Caio apenas a prática de furto à residência de Tício, responderá pelos demais crimes eventualmente praticados por Caio, ainda que não previsíveis.

(D) Caio, empresário, ciente da condição de funcionário público de Mévio, tendo o auxiliado na prática de peculato-furto, não responderá pelo crime funcional, já que a condição pessoal de funcionário público de Mévio a ele não se comunica.

(E) Mévio, pela participação de menor importância na prática de furto à residência de Tício, poderá ter a pena diminuída.

10. No que concerne ao crime (CP, arts. 13 ao 25), assinale a alternativa correta.

- (A) O desconhecimento da lei é inescusável, e o erro sobre a ilicitude do fato, evitável ou inevitável, não isenta de pena.
- (B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.
- (C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Consideram-se, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, e não as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.
- (D) Se o fato é cometido sob coação irresistível ou em estrita obediência à ordem, não manifestamente ilegal, de superior hierárquico, são punidos o autor da coação ou da ordem e seu executor.
- (E) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, ainda que o erro derive de culpa, e o fato seja punido como crime culposos.

11. Com relação aos crimes contra a pessoa, previstos no Código Penal, é correto afirmar que

- (A) o homicídio praticado contra parente consanguíneo até terceiro grau da esposa será considerado violência doméstica em razão dessa condição.
- (B) a lesão corporal praticada contra o cônjuge do Guarda Civil Municipal, em razão dessa condição, terá a pena aumentada.
- (C) crime doloso contra a vida de mulher é feminicídio e contra a vida do homem é homicídio.
- (D) a omissão de socorro é considerada um crime essencialmente doloso que, excepcionalmente, admite a modalidade culposa.
- (E) violência doméstica é crime doloso contra a vida ou a integridade exclusivamente da esposa em razão dessa condição.

12. Serena havia acabado de dar à luz o seu filho, mas, em razão de seu estado emocional, caracterizando o estado puerperal, veio a tirar dolosamente a vida da criança. Considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que essa conduta de Serena

- (A) é considerada crime de homicídio qualificado.
- (B) não é considerada crime.
- (C) caracteriza o crime de infanticídio.
- (D) caracteriza o crime de homicídio, com agravante de a vítima ser um recém-nascido.
- (E) é considerada crime, mas Serena ficará isenta de pena por ter sido influenciada pelo estado puerperal.

13. João invade um museu público disposto a furtar um quadro. Durante a ação, quando já estava tirando o quadro da parede, depara-se com um vigilante. Diante da ordem imperativa para largar o quadro, e temendo

ser alvejado, vulnera o vigilante com um projétil de arma de fogo. O vigilante vem a óbito; e João, impressionado pelos acontecimentos, deixa a cena do crime sem carregar o quadro. De acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, praticou-se

- (A) furto qualificado tentado em concurso com homicídio qualificado consumado.
- (B) roubo próprio tentado em concurso com homicídio consumado.
- (C) roubo impróprio tentado em concurso com homicídio consumado.
- (D) latrocínio tentado.
- (E) latrocínio consumado.

14. Imagine que, em missão oficial ao exterior, o Prefeito de São José dos Campos tenha o computador pessoal que utiliza, de propriedade da Prefeitura, furtado. Nesse caso, é correto afirmar que o agente criminoso

- (A) fica sujeito à Lei Penal brasileira, ainda que absolvido no exterior.
- (B) apenas será julgado pela Lei Penal brasileira se não for condenado no exterior.
- (C) apenas será punido pela Lei Penal brasileira se o fato também for considerado crime no exterior.
- (D) cumprirá pena no Brasil sem que se leve em conta a pena cumprida no exterior.
- (E) apenas será punido pela Lei Penal brasileira se for brasileiro

15. A respeito dos crimes contra a administração pública, previstos no Código Penal, assinale a alternativa correta.

- (A) O crime de peculato apenas se configura quando o bem móvel apropriado ou desviado pelo funcionário público for público.
- (B) O crime de promover ou facilitar a fuga de pessoa só admite sujeito ativo funcionário público.
- (C) O crime de exercício arbitrário das próprias razões apenas se configura se a pretensão a ser satisfeita for ilegítima.
- (D) No crime de peculato, na modalidade culposa, a reparação do dano até a condenação recorrível extingue a punibilidade.
- (E) O crime de exploração de prestígio somente pode ser praticado por funcionário público.

DIREITO PROC. PENAL

16. A respeito do inquérito policial, procedimento disciplinado pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que

- (A) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- (B) ao término do inquérito, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao membro do ministério público, não podendo o juiz competente tomar conhecimento dos fatos apurados antes, sob pena de nulidade.
- (C) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá determinar a instauração de inquérito, ainda que

não haja requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

(D) o inquérito, nos crimes em que a ação pública é condicionada, poderá ser iniciado sem representação, desde que mediante despacho fundamentado da autoridade policial competente.

(E) o inquérito não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.

17. A prisão preventiva poderá ser decretada

(A) para assegurar a aplicação da lei penal, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 03 (três) anos.

(B) por conveniência da instrução criminal, nos crimes dolosos ou culposos.

(C) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos.

(D) como garantia da ordem pública, nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 02 (dois) anos.

(E) como garantia da ordem econômica, nos crimes dolosos e culposos punidos com pena privativa de liberdade máxima 04 (quatro) anos.

18. No que concerne à prisão temporária, é correto afirmar que

(A) é possível a sua decretação, pelo Tribunal de Justiça, no crime de estupro, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(B) é possível sua decretação nos crimes dolosos, como regra, com prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período e nos crimes culposos, como exceção, com prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período; em ambos os casos, é necessário comprovar a extrema necessidade.

(C) no crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável, terá o prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(D) somente será decretada em face de representação da autoridade policial e apenas nas hipóteses previstas na legislação que disciplina o assunto, sempre com prazo de 5 (cinco) dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

(E) não é possível a sua decretação no crime de tortura, pois a legislação que disciplina o assunto estabelece um rol taxativo de crimes, e a tortura não está contemplada.

19. A respeito das provas, disciplinadas nos artigos 155 a 250 do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) o juiz, no ordenamento brasileiro, não pode determinar a produção de prova, de ofício. A atividade probatória é de iniciativa das partes, cabendo ao juiz deferi-las ou indeferir-las, tendo em vista a pertinência.

(B) o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida judicialmente em contraditório e nos elementos informativos colhidos no curso do inquérito policial que, inclusive, poderão fundamentar exclusivamente a decisão.

(C) os pais, os filhos e irmãos do acusado poderão se recusar a depor em processo, salvo quando não for

possível, por outro meio, obter-se a prova do fato e suas circunstâncias, ocasião em que prestarão compromisso de dizer a verdade.

(D) as cartas remetidas ao acusado poderão ser juntadas em prol de sua defesa, ainda que não haja consentimento dos signatários.

(E) o exame de corpo e delito, direto ou indireto, é indispensável nos crimes que deixam vestígios, exceto quando há confissão do acusado.

20. É correto afirmar sobre o exame de corpo de delito e das perícias em geral:

(A) se desaparecerem os vestígios, é possível que a prova testemunhal supra a ausência de exame de corpo de delito.

(B) não há previsão legal no Código de Processo Penal acerca da formulação de quesitos e indicação de assistente técnico.

(C) quando a infração deixar vestígios, é possível dispensar o exame de corpo de delito

(D) em caso de lesões corporais, a falta de exame complementar não pode ser suprida pela prova testemunhal.

(E) o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por dois peritos oficiais, portadores de diploma de curso superior.

21. A respeito do inquérito policial, procedimento disciplinado pelo Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) os instrumentos do crime não acompanharão os autos do inquérito.

(B) o inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, não poderá sem ela ser iniciado.

(C) ao término do inquérito, a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará os autos ao membro do ministério público, nos termos do §1º do artigo 10.

(D) nos crimes de ação privada, a autoridade policial poderá proceder a inquérito, independentemente de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la

(E) o inquérito não acompanhará a denúncia ou queixa, ainda que sirva de base a uma ou outra.

22. A questão, refere-se às normas do Código de Processo Penal. No tocante ao tema “Inquérito policial”, é correto afirmar que

(A) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.

(B) a autoridade policial pode mandar arquivar autos de inquérito, em casos de inexistência de prova da autoria ou da materialidade.

(C) a autoridade policial tem o dever de determinar a realização das diligências requeridas pelo indiciado, bem como pelo ofendido, em observância ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

(D) o Ministério Público pode requisitar a devolução do inquérito à autoridade policial para novas diligências, mesmo havendo elementos suficientes ao oferecimento da denúncia, pelos critérios de conveniência e oportunidade.

(E) o inquérito acompanhará a denúncia ou queixa, sempre que servir de base a uma ou outra.




